

INFORMATIVO VCA: 05 DE DEZEMBRO DE 2019

ÍNDICE

Norma altera lei do Simples para autorizar sociedade de garantia solidária e de contragarantia	2
PGFN regulamenta a MP do "Contribuinte Legal", que permite transações em ações tributárias	2
Câmara aprova texto-base de projeto que altera regras do Imposto sobre Serviços	3
MP 892, que dispensava publicação de balanços em jornais, perde validade.....	3

Norma altera lei do Simples para autorizar sociedade de garantia solidária e de contragarantia

Legislação Federal

Foi publicada em 03.12.2019, no DOU, a lei complementar n° 169. A norma altera a lei do Simples Nacional para autorizar a constituição de sociedade de garantia solidária e de sociedade de contragarantia.

A LC estabelece que a sociedade de contragarantia tem como finalidade o

oferecimento de contragarantias à sociedade de garantia solidária, nos termos a serem definidos por regulamento. De acordo com as novas regras, aplicam-se à sociedade de garantia solidária as disposições da lei que rege as sociedades por ações.

PGFN regulamenta a MP do “Contribuinte Legal”, que permite transações em ações tributárias

PGFN

Publicada em 29/11/19, a Portaria n.º 11.956/19 regulamenta a MP n.º 899/2019, conhecida como “MP do Contribuinte Legal”, permitindo a realização de transações envolvendo débitos inscritos em dívida ativa da União Federal.

A Portaria prevê, entre outras coisas, que: (i) poderão ser concedidos descontos de juros e multas apenas aos débitos considerados

“irrecuperáveis” ou de “difícil recuperação”; (ii) o contribuinte que realizar uma transação deverá manter em dia o recolhimento do FGTS e deverá regularizar em até 90 dias os débitos posteriores à adesão, sob pena de rescisão; e (iii) não poderão ser feitas transações que envolvam débitos do Simples Nacional, débitos do FGTS, multas de natureza penal e multas agravadas (150%).

Câmara aprova texto-base de projeto que altera regras do Imposto sobre Serviços

Legislação Federal

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou em 2.12.2019, por 312 votos a 1, o projeto de lei complementar que cria uma transição para a transferência do recebimento do Imposto sobre Serviços (ISS) da cidade sede do prestador do serviço para a cidade onde ele é efetivamente prestado. De acordo com o texto, são alcançados os serviços de planos de saúde; planos médico-veterinários; administração de fundos, consórcios, cartões de crédito e débito, carteiras de clientes e cheques pré-datados; e serviços de arrendamento mercantil (leasing).

MP 892, que dispensava publicação de balanços em jornais, perde validade

Legislação Federal

A MP (Medida Provisória) 892/2019, que desobrigava empresas de capital aberto a publicarem seus balanços em jornais, perdeu a validade em 3.12.2019 sem entrar na pauta da Câmara dos Deputados. A MP tinha recebido parecer contrário da comissão mista da Câmara e do Senado, que considerou a proposta como um ataque à imprensa.

Veja este boletim e os anteriores em nosso site:

www.vcadv.com.br